

# UNASUL À LUZ DE UM CONTRASTE: AS RELAÇÕES COM VENEZUELA E COLÔMBIA

Fabio Luis Barbosa Dos Santos<sup>1</sup>

## Introdução

O objetivo deste texto é examinar, em perspectiva comparada, a relação dos governos recentes na Venezuela e na Colômbia com a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Desde a eleição de Hugo Chávez em 1998, a autodenominada “Revolução Bolivariana” na Venezuela é vista como o processo de mudança mais radical dentre os países que constituíram a chamada onda progressista na América do Sul, adensada a partir da posse de Lula da Silva no Brasil e Nestor Kirchner na Argentina em 2003. Nestes mesmos anos, a política colombiana sofreu uma inflexão de sentido contrário, acentuando a proximidade deste país em relação aos Estados Unidos. Nos últimos anos do século XX foi concebido o *Plan Colombia*, que levou à ruptura das negociações de paz entre o Estado, sob a administração de Andrés Pastrana, e a insurgência. O enfoque militarista ao conflito interno se acentuou a partir da eleição de Alvaro Uribe em 2002, que coincidiu com o ascenso da retórica da guerra ao terror, na sequência dos ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Foi neste contexto, em que Colômbia e Venezuela se identificavam com as polaridades da política sulamericana, que foi criada a UNASUL em 2008. Este texto reconstituirá alguns aspectos da política externa venezuelana deste momento, salientando suas relações com a UNASUL e o Brasil, à luz do seu projeto de integração regional. Em seguida, realizaremos uma análise similar em relação à Colômbia, ressaltando a inflexão na política regional do país decorrente da opção por negociações de paz feita pelo governo Santos. Ao acompanhar a evolução da relação de Venezuela e Colômbia com a UNASUL, em um período que coincidiu com as gestões do Partido dos Trabalhadores no

---

1 Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: faboroso@gmail.com

Brasil, evidencia-se a orientação moderada desta instituição, que enfrentou a hostilidade inicial do governo Uribe, mas tampouco endossou as pretensões radicais do chavismo. No conjunto, o resultado desta análise indica uma situação paradoxal, uma vez que a organização simbólica da onda progressista sulamericana parece ser mais importante, na atualidade, para consolidar a paz na Colômbia sob Santos, do que para auxiliar a Venezuela a superar a crise que ameaça a continuidade do bolivarianismo sob Maduro, o que é sugerido pelas expectativas contrastantes entre estes governos quanto ao papel da UNASUL em relação aos desafios que enfrentam.

Embora a criação da UNASUL resulte da convergência de esforços de diversos governos e não deva ser vista como mera extensão da política regional brasileira, a notável sintonia entre as posturas adotadas nestes anos iniciais pela UNASUL e a orientação conciliatória da política externa praticada pelas gestões petistas no Brasil, enseja uma reflexão sobre o alcance e os limites desta orientação, em um momento em que o refluxo da onda progressista regional convida a problematizar o seu legado.

## Venezuela

Vista em perspectiva continental, a eleição de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1998 remete a um padrão, em que a implementação da agenda neoliberal provocou um agudo desgaste dos partidos convencionais, abrindo espaço para a eleição de candidatos alternativos. Em alguns casos, elegeram-se partidos historicamente identificados com a esquerda, como o Frente Amplio no Uruguai e o Partido dos Trabalhadores no Brasil, enquanto em outros, triunfaram novas figuras, vistas como alternativas à política prevalente, como Morales na Bolívia e Correa no Equador. Neste contexto, a singularidade do processo venezuelano foi a determinação com que seu presidente enfrentou os constrangimentos à mudança social, radicalizando progressivamente a autodenominada “Revolução Bolivariana”, quando seus congêneres frequentemente recuaram de seus propósitos originais, e se restringiram à gestão do neoliberalismo (Webbe e Carr 2013).

Inicialmente, esta radicalização emergiu em resposta aos conflitos decorrentes da intenção do governo de retomar o comando sobre o excedente petrolífero. Foi fundamentalmente esta disputa, e não o processo constituinte, que desencadeou a tentativa de golpe em abril de 2002, revertido pela conjunção entre a reação popular e a ação de militares fiéis ao presidente. Nos meses seguintes, a ofensiva oposicionista tomou a forma de um locaute, que teve como eixo a interrupção das exportações de petróleo com a paralisação da

estatal PDVSA (Maringoni 2004).

Apesar do êxito em desestabilizar a economia, provocando uma queda de 27% no PIB do primeiro semestre de 2003, o saldo político do embate inclinou a correlação de forças políticas decisivamente a favor do governo. Determinado a reverter o sentido antinacional da política petroleira praticada desde 1975, o governo realizou um expurgo na PDVSA, demitindo cerca de 18 mil funcionários de um total de 42 mil. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as políticas sociais, principalmente por meio das chamadas *misiones*, que respondiam ao duplo ensejo de atender a demandas populares represadas e estimular bases orgânicas de apoio ao regime, em um processo que contou com participação decisiva do exército, face aos entraves que a burocracia estatal colocou na relação com o chavismo (Monedero 2013, 18).

No plano regional, os embates que resultaram em uma radicalização inicial do chavismo coincidiram com o momento em que Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil e Nestor Kirchner, o governo da Argentina, ambos em 2003. Identificados com o rechaço popular ao neoliberalismo, estes chefes de Estado apontavam para uma nova era nas relações sulamericanas, sinalizando para o fortalecimento do vínculo entre os países da região, como uma via para a soberania. Em particular, o novo governo brasileiro atuaria com vigor nesta direção. O chanceler Celso Amorim anunciou que o compromisso com a integração regional estava balizado por uma “aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos” (Amorim 2004).

Neste contexto, o fracasso das negociações para implementar a Área de Livre-Comércio das Américas, evidenciado na Cúpula das Américas em Mar del Plata em 2005, foi interpretado como uma vitória dos governos progressistas contra os interesses dos Estados Unidos. Nos anos seguintes, a onda progressista seria engrossada com a eleição de Tabare Vázquez no Uruguai (2005), Evo Morales na Bolívia (2006), Rafael Correa no Equador (2007) e Fernando Lugo no Paraguai (2008). É no bojo deste potencial movimento contrahegemônico na região, que foi constituída a UNASUL em 2008, organização que teve como primeiro Secretário-Geral justamente o então ex-presidente argentino, Nestor Kirchner.

No entanto, esta narrativa pode ser problematizada quando vista do ângulo do processo bolivariano e das relações deste país com as gestões petistas no Brasil. Kenneth Ramírez propõe analisar estas relações a partir de três momentos distintos, descritos alternativamente como períodos de convergência, entre 2005 e 2007; diferenciação, entre 2008 e 2013; e deste ano em diante, a gestão da crise (Ramírez 2015).

O primeiro período, marcado por tentativas de construir consenso

entre os países, se estendeu entre o fim da ALCA e a formação da UNASUL. No plano interno, foram anos em que o processo bolivariano testemunhou uma radicalização ideológica, que se expressa na incorporação de uma retórica anti-imperialista em 2003, conducente à proposição de um socialismo bolivariano ventilado desde 2004, que alguns descreverão como “socialismo do século XXI” (Dietrich 2005). Esta orientação contrahegemônica ganhará novo vigor com a proposição do Estado Comunal a partir de 2006.

Esta última proposta apontava para o ensejo de enraizar o processo em bases populares, para além do aparato estatal, do exército e do próprio Chávez. Por este motivo, o vice-ministro do Poder Popular para as Comunas e os Movimentos Sociais, Alexis Toledo, dizia que seu ministério “tinha que ter uma existência finita” (Toledo 2014). No entanto, este movimento não foi consensual entre a própria base chavista, uma vez que a descentralização do poder estatal contradizia a racionalidade inerente ao centralismo militar, mas também contrariava o interesse de muitos quadros do bolivarianismo, que agora eram parte do poder estatal (Figueroa 2015). É essa fissura, que evidencia as tensões entre o fortalecimento do Estado e a democracia popular, que sempre acompanharam o chavismo, que explica o único revés eleitoral vivido por seu líder máximo: a derrota na consulta popular de 2006, que pretendia aprofundar o movimento nesta segunda direção.

No plano internacional floresceu uma política alternativa, enfatizando a integração regional como parte de uma estratégia orientada à multipolaridade, sinalizada com o lançamento da ALBA em 2004 (originalmente “Alternativa Bolivariana para as Américas”) em contraposição à ALCA, a constituição da Petrocaribe em 2005, o ingresso no Mercosul em 2006, consumado em 2012, além de relações adensadas com países como China, Irã, Rússia e Bielo-Rússia. Embora superficialmente a ALBA pareça convergir com a “aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos” descrita por Amorim, o maior país do sub-continente nunca cogitou aderir à iniciativa. Houve dois motivos fundamentais para isso, um econômico e outro político.

Do ponto de vista substantivo, a ALBA sinalizava para uma integração que não se restringia à dimensão comercial, envolvendo os campos da educação, saúde, cultura, comunicação, entre outros (Aponte, Amézquita 2015). O intercâmbio de petróleo venezuelano pela atuação de médicos cubanos e a criação do canal de televisão Telesur, ainda que não diretamente vinculados à ALBA, são emblemáticos desta intenção. No campo da economia, propunha-se ideias inovadoras, como um sistema único de compensação regional (SUCRE), que visava mitigar a dependência regional de moeda forte; ou a formação de empresas de investimento conjunto, como a Petrocaribe. A

singularidade da iniciativa foi sintetizada nas seguintes linhas: “Alba optou pela lógica da cooperação comercial, o intercâmbio solidário e a complementariedade econômica entre as diferentes estruturas produtivas nacionais como princípios gerais da sua filosofia, em um esforço por estender a solidariedade revolucionária pelo continente” (Cerezal, Simarro, Soler 2013, 152).

Em última análise, ao propor uma integração de escopo latino-americano (e não sul-americano) que transcendia a dimensão mercantil, a ALBA sinalizava para a construção de um projeto político alternativo no continente. Não por acaso, Cuba é o país que se somou de imediato à Venezuela, subscrevendo a declaração original do bloco em dezembro de 2004 (Espinosa: 2013, 303).

No entanto, esta lógica não encontrou ressonância no projeto brasileiro, em que o ensejo de um mundo multipolar não se traduziu em radicalização política. O substrato econômico da política de integração regional petista foi a estratégia de apoiar a internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetor do desenvolvimento capitalista nacional: é a política das “campeãs nacionais”. Este apoio se materializou principalmente por meio de uma diplomacia empresarial, praticada pelo Itamaraty, e pela política de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em linhas gerais, a racionalidade petista entende que a internacionalização de corporações brasileiras serviria de alicerce material para projetar regionalmente a influência do país, modificando seu padrão de inserção internacional. Em uma palavra, faria do Brasil um *global player*.

Sob este prisma, a ALBA foi de escasso interesse econômico ao Brasil, porque não trazia negócios suficientemente atrativos consigo (Cerezal 2015). Já no plano político, a iniciativa foi interpretada como um projeto que respondia a interesses venezuelanos, e não latino-americanos. Mais ainda, o protagonismo deste país foi visto como concorrente à projeção almejada pelo Brasil, a despeito da empatia pessoal entre Chávez e Lula (Ramírez 2015; Ramos 2015).

Encarada por este prisma, a criação da UNASUL acordada em 2007 não deve ser vista como o apogeu de uma convergência política entre governos identificados com a onda progressista no sub-continente, mas pode ser interpretada como uma entre diversas iniciativas brasileiras que limitaram o alcance geopolítico da ALBA. Como resultado, foram neutralizadas, na prática, as pretensões contrahegemônicas venezuelanas. Neste diapasão, Ramírez opina que, do ponto de vista brasileiro, na realidade a Venezuela chavista sempre foi uma “pedra no sapato” (Ramírez 2015).

Foi assim que a racionalidade política inerente à UNASUL, tal como a diplomacia brasileira defendeu, é oposta à ALBA, na medida em que está

pautada pelo mínimo denominador comum possível de ser acordado entre os países. Evidentemente, o alcance de uma organização que reúne países com políticas díspares, como era o caso de Venezuela e Colômbia no momento original da UNASUL, será limitado. Esta restrição é reforçada pela modalidade de decisão adotada, que precisa ser consensual, respondendo a uma exigência colombiana que limita ulteriormente a capacidade de inovação da entidade. Diante desta realidade, a atuação da UNASUL tende a se restringir ao âmbito político (Sanahuja 2012), e mais especificamente, à solução de problemas dos países integrantes que tenham implicações regionais, como analisaremos adiante no caso colombiano.

O desinteresse brasileiro limitou o alcance da ALBA aos países andinos comandados por presidentes progressistas, Bolívia e Equador, além de Cuba, Nicarágua e algumas ilhas caribenhas: Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, São Cristóvão e Nevis, Santa Lucia, São Vicente e as Granadinas. No entanto, o caráter inovador da iniciativa foi consideravelmente restrito, e frequentemente, se resumiu a uma diplomacia petroleira, em que o fornecimento de petróleo a preços baixos trazia a expectativa de posições simpáticas à Venezuela em organismos internacionais. Assim, durante a crise detonada pela expulsão de colombianos da Venezuela em agosto de 2015 e que levou ao fechamento da fronteira, a proposta colombiana para que a OEA mediasse uma reunião entre os países, contrária ao interesse venezuelano, foi derrotada por um voto. Por outro lado, a política realizada pela Venezuela por meio da ALBA e da Petrocaribe ressentiu-se de reciprocidade. Em meio à crise econômica que atravessa desde 2013, o país se viu constrangido a vender, com substantivo desconto, dívidas a receber de Jamaica e República Dominicana (Cerezal 2015). Mesmo o engajamento da Bolívia comandada por Morales na ALBA tem sido instrumental, fundamentalmente atraída por recursos venezuelanos, que agora escasseiam (Villegas 2015).

É nesta perspectiva que se entende o segundo momento das relações recentes entre Brasil e Venezuela, marcado pelo empenho em moderar o potencial radical do processo bolivariano, visando neutralizar sua projeção regional. Como consequência desta dinâmica, não foi o Brasil que se aproximou da ALBA, mas foi Chávez quem aderiu ao Mercosul, organização cuja orientação frequentemente criticara, taxando-a como neoliberal. Ao mesmo tempo, os bolivarianos resignaram-se a aceitar a perspectiva brasileira sobre a UNASUL como uma organização regional guarda-chuva, de caráter eminentemente político, que se impôs ao ensejo de uma integração regional anti-neoliberal ambicionada por seu líder (Sanahuja 2012). Em ambos casos, a Venezuela aceitou os limitados benefícios que estas iniciativas lhe ofereciam como contrapeso à virulência estadunidense, em um contexto mundial desfa-

vorável a projetos alternativos ao neoliberalismo, quanto mais de inspiração socialista.

Um segundo marco desta diferenciação da estratégia brasileira em relação à Venezuela está relacionado à proposição de uma “nova arquitetura financeira regional”, que circulava naquele momento. A criação do CO-SIPLAN como organismo da UNASUL em 2009, ao qual se subordinava a IIRSA, alimentou a expectativa de inverter a racionalidade original da carteira de projetos associada à iniciativa, referida ao regionalismo aberto. Sob a égide da UNASUL, pretendeu-se conceder-lhe um sentido diverso, referido ao regionalismo desenvolvimentista, entendido como uma modalidade de integração que promoveria “a integração física entre os interiores dos países, passo fundamental para a integração de cadeias produtivas de fornecedores e produtores relacionados, objetivando a formação de economias de escala e a própria integração das sociedades sul-americanas” (Desidera Neto, Teixeira 2012, 32).

Em termos econômicos, este desafio implicava em minimizar o papel das instituições multilaterais que conceberam a iniciativa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata* (FONPLATA). Isso porque a lógica estritamente mercantil que baliza estas instituições impedia o investimento em obras relevantes para a integração regional, mas pouco rentáveis. Esta presença deveria ser contrabalanceada com a atuação de outros organismos financiadores, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Simultaneamente, emergiram propostas na direção de uma nova arquitetura financeira regional, orientada a reduzir a dependência da região em relação às instituições financeiras internacionais. Foi neste contexto que se criou o Banco do Sul em 2009, com a adesão formal de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela (Aponte García 2015).

Porém, a proposição desta nova arquitetura financeira tem sido bloqueada desde então, pelo próprio Brasil. Neste país, prevalecem objeções do Banco Central e do Ministério da Fazenda em utilizar as reservas internacionais para financiar o investimento, enquanto continua-se a receber juros de 1% em títulos do tesouro estadunidense, ainda que na outra ponta desta engenharia financeira se paguem os juros mais altos do mundo (Barros 2015). Embora um dos principais proponentes da nova arquitetura, o economista equatoriano Pedro Paes, minimize esta questão, argumentando que o aporte de reservas internacionais seria precedido de numerosas medidas que não implicam ônus desta natureza aos países (Paes 2015), prevalece a percepção de que o motivo para o Banco do Sul não ter decolado é político: a instituição

prevê igual poder de voto para os países, independentemente do aporte que realizem, em um modelo diferente daquele do FMI. Este arranjo não interessaria à pretendida liderança brasileira, o que evidencia as motivações de poder subjacentes ao discurso de integração regional (Acosta 2015).

Comentando esta situação, o representante brasileiro em reuniões da IIRSA opinou que o problema do Banco do Sul seria que a Venezuela queria dinheiro para investir em educação e projetos sociais a fundo perdido (Parkinson 2015). Ainda, segundo Ramírez, o chanceler Celso Amorim teria dito que não gosta de “prato-feito”, sugerindo que o banco teria sido concebido à revelia do interesse brasileiro (Ramírez 2015).

A partir da posse de Dilma Rouseff em 2011, esta diferenciação entre as políticas de Brasil e Venezuela, teria se acelerado. Este movimento foi motivado também por questões pessoais, como o menor interesse da presidente por política internacional, e mesmo por seu suposto desconforto em relação aos antecedentes de Chávez e ao protagonismo da instituição militar em seu governo (Ramos 2015).

No entanto, a crise que se aguçou a partir da morte de Chávez em março de 2013, seguida pela eleição de Nicolás Maduro por estreita margem, causou outra inflexão na relação das gestões petistas com o bolivarianismo. A atuação brasileira, sempre de sentido moderador, pressionou a partir de então por uma reforma do regime. Foi neste diapasão que Lula escreveu uma carta, entregue por Marco Aurelio García um ano após a morte de Chávez, aconselhando Maduro a aceitar seu papel como reformista do legado chavista, em lugar de pretender ser um segundo Chávez (Ramírez 2015). Segundo declarou Lula, no contexto em que a UNASUL se oferecia para mediar o diálogo com a oposição: “Maduro deveria tentar diminuir o debate político para se dedicar inteiramente a governar, estabelecer uma política de coalisão, construir um programa mínimo e diminuir a tensão (...) a Venezuela deveria ter um pacto de cinco anos, para trabalhar contra os apagões, lutar contra a inflação e ser autosuficiente na produção de alimentos” (Lula 2014).

Naquele momento, o governo enfrentava problemas de abastecimento, uma inflação ascendente (60% em 2013) e um desajuste cambial, expresso em uma notável disparidade entre as diferentes bandas cambiais praticadas, e o preço do dólar no mercado paralelo - todos problemas que se agudizariam nos anos seguintes. Retrospectivamente, as vulnerabilidades da proposta lulista recomendada a Maduro, envolvendo uma política de coalisão, pacto social e a diminuição das tensões, ficaram evidentes na evolução da própria situação brasileira. Mas naquela circunstância, críticos moderados ao regime ressoaram os conselhos do líder brasileiro: “Este modelo pode resumir-se como uma democracia vibrante e sem polarização, economia competitiva com inclusão

social e uma política exterior ‘ativa e altaiva’ - como gostava de dizer o próprio Lula” (Ramírez 2014). Diga-se de passagem, o contraponto entre o chavismo e Lula não era novo: assistindo à manifestação anti-chavista em 2006, fui abordado por vários venezuelanos que elogiavam ao brasileiro, em contraste com o seu presidente.

Maduro não seguiu esta via, por diversos motivos. Principalmente, defende as conquistas sociais do processo, e resiste às pressões por reforma econômica por recear os custos sociais das alternativas que se vislumbram, todas de corte antipopular e antinacional. Para dar um exemplo, o economista baseado em Harvard, Ricardo Hausman, tem sido o porta-voz de uma via sintetizada em dois movimentos: o calote aos chineses, que compraram inclusive o petróleo futuro venezuelano, e a reaproximação com os Estados Unidos e o FMI. As sugestões de Hausman incluem vender alimentos recebidos pelo país de doações internacionais, para fazer caixa (Hausman 2016). Porém, diante da acelerada degradação das condições cotidianas dos venezuelanos, mesmo analistas simpáticos ao processo questionam se o desgaste político subsequente não teria sido superior ao custo social de mudanças (Lander 2015).

Pois quando ocorreram as eleições parlamentares na Venezuela, em 6 de dezembro de 2015, a inflação era estimada em 150% segundo dados não oficiais, já que o governo não divulgara cifras ao longo do ano. Os problemas de desabastecimento se agudizaram e o desajuste cambial, decolara: no câmbio oficial o dólar era cotado a 6,30 bolívares, enquanto no mercado paralelo, superava a marca de 800 bolívares por dólar. O Fundo Monetário Internacional visualizava uma recessão em torno a 10% para o país no ano (Ramos 2015).

Estas eleições foram cercadas de expectativa e tensão. Receava-se que o governo perdesse a maioria parlamentar, sofrendo sua primeira derrota nas urnas desde a consulta de 2006. Dependendo da magnitude do revés, abriria-se o caminho para um referendo revogatório, que poderia abreviar o mandato de Maduro.

Diante deste cenário a oposição subiu o tom, denunciando a possibilidade de fraude. O governo abriu então, negociações para a vinda de missões internacionais que atestassem a lisura do processo. Rechaçando a participação da OEA, amplamente identificada com os Estados Unidos, o governo venezuelano apostou fichas em uma missão da UNASUL. No entanto, o processo de negociação desencadeado foi turbulento, e muitos sentiram a participação do Brasil como hostil.

Em linhas gerais, houve uma proposta verbal associada ao então presidente do Tribunal Supremo Eleitoral brasileiro, Dias Toffoli, propondo

uma missão de observadores da UNASUL chefiada por Nelson Jobim. Esta proposta não foi bem recebida na Venezuela. Isto porque Toffoli recebera recentemente figuras destacadas da oposição anticonstitucional, que prega a destituição imediata e se necessário, violenta de Maduro - conhecida como *la salida*. É o caso das esposas de Leopoldo Lopez e Antonio Ledezma, então presos. Ainda, suspeitava-se que o próprio Jobim era antipático ao processo bolivariano (Constant 2015; Urbina 2015).

Segundo o coordenador nacional da Venezuela na UNASUL, Elvis Urbina, a presidência pró-tempore da entidade, que naquele momento era exercida pelo Uruguai, transmitiu a solicitação venezuelana por mais nomes, como sendo um veto a Jobim (Urbina 2015). Em reação, Toffoli declarou que o TSE não participaria de qualquer missão eleitoral na Venezuela, o que colocou o país em uma difícil situação, pois contava com esta presença para avaliar o pleito diante da comunidade internacional. A impotência do governo petista para reverter esta situação causou profundo mal-estar entre os bolivarianos, referendando a sensação de que o vizinho sul-americano abandonava a Venezuela. Ao mesmo tempo, negociadores venezuelanos estranhavam as duras condições propostas pela UNASUL, que na sua visão, impunha cláusulas excepcionais em relação ao direito internacional e ao direito interamericano (Constant 2015).

No conjunto, prevaleceu a sensação de que a crise política brasileira acentuou o afastamento do governo petista em relação ao processo bolivariano, em um momento em que o governo Dilma fazia crescentes concessões aos setores conservadores, na expectativa de solidificar o seu mandato. Simultaneamente, Cuba reagiu à crise venezuelana acelerando a reaproximação com os Estados Unidos. Inclusive, Ramírez aventa a hipótese de que as sanções à Venezuela tenham sido usadas como moeda de troca com os republicanos estadunidenses, diante do acercamento a Cuba (Ramírez 2015).

Ao final, a UNASUL enviou uma missão de última hora, chefiada pelo ex-presidente dominicano Leonel Fernández. Esta missão apenas endossou o que o Instituto Carter já observara em todos os pleitos anteriores: as eleições na Venezuela estão entre as mais confiáveis no mundo. A acachapante derrota do bolivarianismo, que elegeu menos de um terço dos parlamentares, atestou este fato.

No entanto, as dificuldades vividas na relação com a UNASUL e sobretudo com o Brasil, em um momento crucial para o processo bolivariano, deixaram um gosto amargo. Como disse um diplomata deste país, é na dificuldade que se conhece os amigos. A eleição de Macri naquele mesmo mês de dezembro, seguida da provável deposição de Dilma Roussef, indicam que esta solidão tende a aumentar.

## Colômbia

Quando foi constituída a UNASUL em 2008, Alvaro Uribe estava em seu segundo mandato consecutivo como presidente da Colômbia. Neste país, assim como no Peru sob Fujimori, o combate às guerrilhas já extintas em outras partes, serviu como pretexto para regimes de exceção, que condenaram as forças de esquerda a uma posição defensiva, que tendia ao isolamento. Nos últimos vinte anos, Colômbia e Peru compuseram com o Chile, ainda marcado pelo legado da ditadura, um grupo de países genericamente identificados com um contraponto à onda progressista na América do Sul.

Porém, mais do que um governo desinteressado pela integração sul-americana, a Colômbia sob Uribe foi vista como uma ameaça à segurança e à estabilidade regional por sua íntima associação com os Estados Unidos, insuflada pela retórica da guerra ao terror, incorporada no combate à insurgência. Na realidade, a ascensão política de Uribe estava identificada com as relações promíscuas entre narcotráfico, paramilitarismo e a política colombiana, conhecidas no país como “parapolítica” (Cepeda, Uribe 2014).

Sua primeira eleição em 2002 se alimentou do fracasso das negociações de paz entabuladas pelo conservador Andrés Pastrana, na zona desmilitarizada conhecida como “el Caguán”. Para além dos entraves históricos a uma saída democrática para o conflito, registrou-se naquele momento o empenho do paramilitarismo em sabotar as negociações, expressando um setor da sociedade que se opõe a qualquer entendimento. Ao mesmo tempo, as transnacionais que pagavam taxas às guerrilhas, canalizaram recursos muito mais substantivos aos *lobbies* estadunidenses em favor de um encaminhamento militar do conflito. Afinal, a ambivalência do governo neste processo de negociação, em que as conversações não implicaram em uma trégua militar, se evidenciou na adoção do *Plan Colombia*, em um momento em que os diálogos ainda estavam em curso<sup>2</sup>.

Em sintonia com o clima de “guerra ao terror” que seguiu aos atentados de 11/9 de 2001, Uribe declarou estado de sítio quatro dias depois de empossado, ao mesmo tempo em que negou o estatuto político da insurgência, implicitamente reconhecido por governos anteriores. Ao categorizar as guerrilhas como organizações terroristas, o governo negou as raízes políticas do conflito, assentando as bases para uma criminalização generalizada do

---

2 O *Plan Colombia* foi um acordo concebido em 1999 entre as administrações Clinton e Pastrana, prevendo assessoria e recursos que converteram o país no terceiro receptor mundial de ajuda estadunidense (depois de Israel e Egito), a pretexto de combater o narcotráfico. O plano contribuiu para sepultar as negociações de paz com a insurgência então em andamento e potencializou a militarização do estado colombiano (Oidhaco 2000).

protesto social (Estrada Álvarez 2014).

O projeto político liderado por Uribe instrumentalizou a violência de classe por meio de uma ideologia do interesse nacional, expressa na noção de “*seguridad democratica*”. Mais além de envenenar o ambiente político por meio de um discurso que criminalizava a oposição popular, ostensivamente replicado pela grande imprensa, pretendeu-se consolidar as bases subjetivas mas também objetivas de um projeto de poder. Em outras palavras, o bloco uribista se propôs a disputar a hegemonia sobre o país, por meio de um projeto que envolve a organização política de um setor diversificado e poderoso da sociedade colombiana, que faz da violência um meio de vida e da guerra, um negócio:

Amparados em um discurso de autodefesa com o qual pretenderam legitimar-se, os paramilitares e seus gestores envolveram a população mais pobre na guerra oferecendo a possibilidade de ascensão social em um contexto adverso, criando um regime de terror e de cumplicidade que, distante de limitar-se à luta contrainsurgente, lhes permitiu conquistar terras, prefeituras, governos, vagas no congresso, controlar e silenciar a crítica, influenciar e participar na atividade econômica e buscar, segundo propuseram os que assinaram o célebre Pacto de Ralito, ‘a refundação da pátria’. (Cepeda; Uribe 2014 76).

Como era de se esperar, a ação militar desencadeada sob a égide do *Plan Colombia* se concentrou nas áreas sob influência da guerrilha, preservando intocadas as regiões dominadas pelo narcotráfico e o paramilitarismo, que serviram de pretexto para o plano. A partir de 2004, foi implementado na esteira do plano original, o chamado *Plan Patriota*, que contribuiu para regionalizar o conflito. O ápice desta tendência ocorreu em março de 2008, quando foi bombardeada uma base das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano, matando vinte e cinco guerrilheiros - dentre eles Raúl Reyes, uma das principais lideranças da organização. Esta ação colombiana provocou a ruptura das relações diplomáticas com o Equador, enquanto a Venezuela chamou para consultas todo o seu corpo diplomático em Bogotá.

Neste momento, o mal-estar gerado pela ação unilateral colombiana propiciou uma oportunidade para o Brasil avançar com a proposta da criação de um Conselho de Segurança Sul-Americano, vinculado à UNASUL, o que se consumou nos meses seguintes. Inicialmente, a Colômbia resistiu em incorporar-se à iniciativa. Por outro lado, a Venezuela pretendeu dar conteúdo concreto ao conselho, nomeando o que seriam, na sua perspectiva, os riscos e ameaças à segurança regional: a ativação da quarta frota estaduni-

dense, as bases militares deste país na região, o narcotráfico e outras formas de delinquência organizada, guerras de quarta geração, entre outros. Porém, prevaleceu a proposta brasileira, que pretendia fazer do conselho um fórum de diálogo e coordenação de políticas. Como resultado, a Colômbia anunciou sua adesão à proposta ainda em julho de 2008 (Comini 2015).

No entanto, os desconfortos derivados das políticas adotadas por Uribe recrudesceram nos meses seguintes, com a divulgação de um acordo prevendo a cessão de sete bases militares em território colombiano para uso dos Estados Unidos. Em um encontro de chefes de Estado da recém criada UNASUL em Bariloche, em agosto de 2009, Chávez leu um documento aprovado pelo Pentágono havia cinco meses, em que se ressaltava o interesse do país pela base de Palenquero, na Colômbia. Esta reunião e as seguintes foram marcadas por tensas negociações, em que se exigiu que o país publicizasse os termos deste acordo, dando garantias por escrito de que este apoio estrangeiro não seria utilizado para atentar contra os países vizinhos. Houve quem interpretasse a intransigência colombiana a este respeito, frequentemente secundada pelo peruano Alan García, como uma tentativa de romper a própria UNASUL (Bruzzone, apud Luzzani, 382). Ao final, as tensões de dissiparam: a Colômbia publicou o acordo, que previa inclusive imunidade jurídica ao pessoal estadunidense, mas não deu as garantias escritas que se esperava.

No conjunto, a postura dissonante de Uribe em contraste com a maioria dos países sulamericanos, explica a entrada reticente e tardia da Colômbia na UNASUL, assim como a sua hesitação em aderir ao Conselho de Segurança da entidade. Na realidade, o país tinha escasso interesse na organização, além de recear que esta fosse instrumentalizada pelo governo venezuelano - ou pelo “castrochavismo”, como costuma dizer Uribe. Diante deste quadro, é plausível que o ingresso colombiano na UNASUL tenha sido pautado por uma motivação fundamentalmente negativa: a preocupação em não se isolar (Betancourt Vélez 2015).

Na prática, o governo Uribe radicalizou um princípio histórico da política exterior colombiana conhecido como *Respice Polum* (olhar ao norte), baseada na premissa de alinhamento aos Estados Unidos (Pastrana, Vera: 2012). Esta orientação se confundiu, sob Uribe, com uma identificação com a gestão Bush, a tal ponto que o presidente colombiano publicizou seu apoio à McCain na disputa contra Obama, rompendo no processo o consenso que havia nos Estados Unidos em relação à Colômbia. Como decorrência, já a partir de 2008 quando os democratas obtiveram maioria no congresso, os aportes ao *Plan Colombia* diminuíram, ao mesmo tempo em que emergiam condições relacionadas à direitos humanos e à questão ambiental, além da

cobrança de investigação sobre os *falsos positivos*<sup>3</sup> (Pastrana 2015). Além da proximidade com os Estados Unidos, Uribe privilegiou relações com países que classificavam os grupos insurgentes como terroristas - o que não é o caso do Brasil. O país cultivou laços estreitos com Israel, principalmente no campo da segurança, e é até hoje o único país da região que não reconhece o Estado palestino (De Currea-Lugo 2013).

Neste quadro, a despeito da adesão à UNASUL, as relações com a Venezuela permaneceram tensas até o final do governo Uribe. Enquanto Chávez reivindicava o reconhecimento do estatuto beligerante das FARC, Uribe denunciou, em julho de 2009, que o governo venezuelano fornecera armas ao grupo insurgente. Chávez alegou que as referidas armas tinham sido compradas da Suécia nos anos 1980 e teriam sido tomadas pelas FARC em um assalto a um posto naval venezuelano em 1995. Disse ainda que o equipamento estava imprestável e acusou o governo colombiano de má fé. No início de 2010, Uribe voltou à carga, acusando o país vizinho em uma Assembleia da OEA, de acobertar acampamentos das FARC. As relações entre os países atingiram seu ponto mais baixo, levando à ruptura de relações diplomáticas no momento em que Uribe encerrava o seu mandato.

As tentativas de Uribe de concorrer a um terceiro termo presidencial foram bloqueadas, mas o presidente elegeu como seu sucessor Juan Manuel Santos, ex-Secretário de Defesa do governo. Político proveniente de uma linhagem tradicional das classes dominantes do país, Santos venceu o pleito em 2010 com um discurso de continuidade em relação ao governo anterior. De fato, não se observaram mudanças substantivas na política econômica ou nos programas sociais, e a criminalização dos movimentos populares, prosseguiu.

Não obstante, Santos fez uma leitura política diferente sobre a situação colombiana, que o levou a se afastar de Uribe. O novo presidente entendeu que as FARC tinham se debilitado consideravelmente nos anos anteriores, e que o contexto era favorável para pautar a paz. Esta percepção correspondia ao interesse de segmentos das classes dominantes, cujos negócios seriam favorecidos por um ambiente de paz, em oposição àqueles que sustentam Uribe, e prosperam em meio à guerra (Alarcón 2014).

Esta leitura teve duas consequências principais: no plano interno, a opção de reabrir o diálogo com as FARC em Havana a partir de 2012, provocou um distanciamento em relação à Uribe, que logo se transformou em oposição. De fato, nas eleições presidenciais seguintes em 2014, o segundo turno entre Santos e o candidato uribista, Oscar Iván Zuluaga, transformou-se em um

---

3 Jovens vestidos em uniformes de guerrilha e assassinados pelo exército com o objetivo de que seus executores obtenham a recompensa governamental, estipulada em 2005 em cerca de US\$ 1.900 (Fundación Lazos de Dignidad 2014).

plebiscito sobre a continuidade ou não dos processos de paz.

Uma segunda consequência importante, foi que a busca da paz motivou uma mudança na política externa de Santos. Porque entendeu-se que, para atingir este objetivo, a cooperação regional seria valiosa, senão necessária - ainda que isso não significasse qualquer distanciamento em relação aos Estados Unidos. Como consequência a política exterior colombiana, sem desprezar a OEA - um fórum panamericano onde historicamente os Estados Unidos exercem influência dominante -, passou a valorizar o papel da UNASUL.

De imediato, o novo presidente buscou, com êxito, distensionar as relações com Venezuela e Equador, como premissa para melhorar as relações com outros países da região. No plano simbólico, a nova orientação se expressou no compartilhamento do mandato da Secretaria Geral da UNASUL entre Colômbia e Venezuela, seguindo a morte de Kirchner no final de 2010. Quando este mandato compartilhado expirou em 2014, outro colombiano assumiu o posto mais alto da organização, o ex-presidente Ernesto Samper. Segundo o pesquisador Ronal Rodríguez, uma das consequências desta movimentação foi que se fechou um cerco internacional às FARC, levando inclusive Chávez a pressionar a organização a se sentar à mesa de negociação (Rodríguez 2015).

Outra decorrência deste processo conduzido por Santos, é que a UNASUL foi deixando de ser uma organização associada ao chavismo pela grande imprensa colombiana, e pela opinião pública deste país. Nas palavras de Londoño, as desconfianças em relação à UNASUL se esvaziaram (Londoño 2015).

Porém, a crise desencadeada pela expulsão de colombianos do território venezuelano em agosto de 2015, explicitou a sensibilidade do tema. Confrontado com a expansão do paramilitarismo em seu país, em parte protagonizado por colombianos, o governo venezuelano tomou naquele momento a polêmica decisão de deportar 1.532 colombianos, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), e decretou o fechamento da fronteira entre os países. No conjunto, a ação provocou o retorno de ao menos 18.377 cidadãos ao seu país de origem, por receio dos desdobramentos da situação, que foi descrita pelo Estado colombiano como uma “crise humanitária” (Jara 2015).

Analisei esta crise em outro texto (Santos 2015). Aqui, importa salientar que um *twitter* de Samper simpático à situação venezuelana, desatou virulentas críticas à sua conduta e à própria UNASUL. O texto do *twitter* dizia o seguinte: “Há um ano denunciemos o perigo da intromissão de paramilitares colombianos na Venezuela. Hoje se confirma que é uma realidade” (El Universal 2015).

Esta declaração foi interpretada pela grande mídia no país como um endosso à versão venezuelana da crise. A expectativa de que Samper tomasse o partido dos colombianos, incompatível com o seu papel, lastreou um intenso ataque midiático ao Secretário Geral e à organização como um todo. Vozes mais exaltadas, como o também ex-presidente do país e ex-Secretário Geral da OEA, Cesar Gaviria, propuseram a retirada do país da UNASUL. Enquanto isso, setores uribistas instigaram o chauvinismo, acusando o governo venezuelano de proceder “como fez Hitler contra os judeus”, afirmando que “a ditadura castrochavista da Venezuela está dedicada a incitar o ódio contra o povo colombiano” (BBC 2015).

O saldo da polêmica, no rastro do que foi descrito por uma diplomata colombiana como o “desafortunado *twitter*” de Samper, foi que esvaziou-se o cacife político da UNASUL para interceder na crise (Jara 2015). Por outro lado, como visto anteriormente, a Venezuela neutralizou a demanda colombiana na OEA. Afinal, a crise foi encaminhada de modo bilateral, a partir da mediação do chanceler equatoriano Ricardo Patiño.

Apesar das ameaças histriônicas feitas neste contexto, frequentemente para consumo interno, é improvável que a Colômbia ou qualquer país da região, tenha interesse em abandonar a UNASUL neste momento. Pois como comentou o Diretor de Assuntos Políticos e Defesa da organização, o diplomata boliviano Mauricio Dorfler, um país nunca sabe quando precisará dela (Dorfler 2015).

Em particular, o compromisso do governo Santos com a entidade está amparado em uma visão sóbria e pragmática sobre o seu papel. De maneira geral, a UNASUL é vista pelos colombianos como um espaço propício para encaminhar problemas internacionais dos Estados membros, e em particular, aqueles de escopo regional (Londoño 2015; Jaramillo 2015). Nesta perspectiva, deve se afirmar como um mecanismo de intermediação e solução política de conflitos (Pastrana 2015), ao mesmo tempo em que serve como um espaço para consolidar posições regionais conjuntas (Jara 2015). Como se vê, este enfoque aponta para um papel eminentemente político da organização.

No caso específico da Colômbia, projeta-se um papel central para a UNASUL no chamado pós-conflito, ou seja, o período que se abrirá com a assinatura e aprovação popular dos acordos de paz, caso os esforços do atual governo sejam exitosos. Pois como disse Londoño, os acordos não são a paz, embora a paz passe pelos acordos (Londoño 2015). No momento, a situação caminha para um rápido desenlace, pois com a autorização da Corte Constitucional referendada em julho, o governo pretende realizar um plebiscito sobre a paz ainda em setembro de 2016.

A UNASUL pode servir, em conjunto com a Organização das Nações

Unidas (ONU), como fiadora do processo em diversos aspectos. Do ponto de vista dos insurgentes, há notória insegurança em relação ao respeito pelas garantias democráticas, que devem viabilizar a sua reintegração social e participação política. É importante lembrar que o país tem precedentes nefastos neste campo. Nos anos 1980, os acordos de la Uribe assinados com as FARC deram origem à União Patriótica, que rapidamente se converteu na terceira força política nacional. Este ascenso desencadeou uma extraordinária onda repressiva: entre 1988 e 1995, contabilizaram-se 6.177 assassinatos políticos no país além de 10.556 assassinatos de motivações presumidas como políticas. Os mortos incluem quase todos os políticos eleitos pela UP entre senadores, deputados, prefeitos e vereadores, além de dois candidatos à presidência, Jaime Pardo Leal e Bernardo Jaramillo (Giraldo 1996).

Por outro lado, esta temática é um dos aspectos mais criticados pelos contrários aos acordos, que consideram os guerrilheiros como criminosos que não podem ficar impunes. Nesta perspectiva, os acordos são interpretados como uma vitória da esquerda, e uma humilhação para o país.

Em ambos extremos há opositores à paz, embora com poder de ação muito diferentes. Do lado das FARC, há indícios de que a direção da organização tem controle limitado sobre suas próprias bases. Isso explica ações como a emboscada que matou onze soldados em abril de 2015, ameaçando a continuidade das conversações em Havana: trata-se de um setor das FARC contrário aos acordos. Por outro lado, no início de 2014 a revista *Semana* divulgou a operação Andrômeda, revelando um esquema de espionagem ilegal realizada pelo exército, interceptando comunicações, inclusive dos delegados do governo em Havana. Assim, além das modificações no mando militar operadas sob Santos, o governo conta com operações de contra-inteligência deste tipo, que incluem os serviços de uma agência britânica, para manter os militares na linha (Betancourt Vélez 2015). Pois se os insurgentes se recordam do genocídio da UP, do lado do Estado há clareza de que os militares bloquearam o processo de paz sob Bettancourt nos anos oitenta.

Na hipótese de que a paz prevaleça, a UNASUL pode ser protagonista em diversos tópicos relacionados à desmobilização, como a fiscalização e guarda das armas entregues; assegurar que os desmobilizados não sejam perseguidos; e também deve ter um papel importante em questões relacionadas à refugiados e à imigração (Rodríguez: 2015). Pois como decorrência da violência no campo, estima-se que o país produziu 5 milhões de refugiados internos e cerca de 9 milhões de refugiados econômicos, números que só se comparam ao Congo. Entre 1998 e 2008, aproximadamente 760.000 famílias foram expulsas, deixando para trás cerca de 5,5 milhões de hectares de terra (Centro Nacional 2013).

Além destas questões, diversos analistas entendem que, com o desmanche da guerrilha, o narcotráfico recrudescerá (Pastrana 2015; Londoño 2015). Indica-se que em algumas regiões, particularmente no sul do país, a guerrilha se vinculou de tal modo ao narcotráfico que é difícil traçar uma linha que as separe das *bandas criminales* (bacrim). Outros apontam que a guerrilha se tornou um meio de vida para muitos jovens, e esperam que haverá uma migração em direção às bacrim, como aconteceu quando grupos paramilitares foram desmobilizados sob Uribe. Em resumo, entendem que o principal entrave à paz deixará de ser político, para se tornar criminal.

Deste ponto de vista, um enfrentamento eficaz ao narcotráfico exigirá a colaboração regional. Aceitando como premissa o fracasso de estratégias militaristas baseadas na repressão e na fumigação dos cultivos, na qual se inscreve o *Plan Colombia*, existe a compreensão de que será necessário modificar a abordagem prevalente ao problema do narcotráfico. Neste sentido, a UNASUL pode oferecer uma referência inovadora, uma vez que já aprovou em 2015 uma posição conjunta, com adesão colombiana, apontando para um enfoque alternativo. Em oposição à racionalidade de militarização do combate às drogas, defende-se uma abordagem que separe traficantes de consumidores, apontando para a discriminação do consumo, o rechaço ao proibicionismo absoluto e a prioridade aos direitos humanos (Nascone 2015). A legalização da produção, venda e consumo da maconha no Uruguai, o consumo da folha de coca na Bolívia, a descriminalização dos usuários de drogas no Equador e a regulação do uso medicinal da maconha no Chile, são algumas experiências evocadas nesta direção. Simultaneamente, serão necessárias políticas agrárias para incentivar os camponeses a cultivos alternativos à coca, o que será um desafio particular no cenário colombiano, onde os tratados de livre-comércio tem exposto a agricultura local a concorrência internacional, muitas vezes subsidiada (Pismel, Chagas 2014).

A convergência entre a busca pela paz na Colômbia e um papel protagonista para a Unasul, tem sido expressa de forma significativa em intervenções do seu secretário geral, Ernesto Samper. Apesar da sua presidência controversa nos anos 1990, que coincidiu com o auge do narcotráfico no país, Samper tem se colocado como um intransigente defensor do processo. Mais do que isso, ao defender um enfoque “holístico” da paz (Samper 2015), sua posição se aproxima de leituras da esquerda, em que a paz não se confunde com a ausência de conflito armado, mas é entendida como um processo que exige mudanças sociais, culturais e econômicas.

Em suma, o governo Santos conta com a UNASUL para construir a paz, e a UNASUL pode encontrar na situação colombiana, uma oportunidade para afirmar o seu papel.

## Conclusão

Embora uma leitura superficial sugira que a criação da UNASUL fosse afinada aos desígnios contrahegemônicos identificados com o bolivarianismo venezuelano, em oposição à orientação pró estadunidense prevalente na Colômbia, nossa pesquisa matiza esta leitura. Ao acompanhar a evolução da relação destes países com a UNASUL, em um período que coincidiu com as gestões do Partido dos Trabalhadores no Brasil, observa-se que a UNASUL constrangeu o extremismo à direita, identificado com Uribe, mas também foi contrária ao radicalismo à esquerda, encarnado pelo chavismo. O resultado desta análise indica um paradoxo, na medida em que a organização que simboliza o legado da onda progressista sul-americana revela-se, na atualidade, importante para o país que se mostrou mais hostil à integração, enquanto parece de escassa eficácia para apoiar o processo que mais investiu nesta direção. A opção do governo Santos pela negociação política como via para pacificar o país ensejou uma valorização inédita do papel da UNASUL, referida a uma necessária cooperação regional em um cenário de pós-conflito. Ainda que não se possa dizer que o processo de paz colombiano seja uma agenda da direita - pelo contrário, é apoiado pela maior parte das forças progressistas do país - há poucas dúvidas de que a sua implementação sob um governo conservador em todos os demais aspectos, sinaliza para uma paz nos marcos do neoliberalismo, e não para a mudança social. Enquanto isso, o aprofundamento das dificuldades internas do governo Maduro na Venezuela tem correspondido a uma sensação de crescente isolamento regional. Neste país, a UNASUL tem mostrado poucos instrumentos, além da mediação política, para mitigar as dificuldades enfrentadas pelo processo bolivariano, onde sinaliza-se para uma restauração da ordem neoliberal.

A orientação moderada da UNASUL refletiu, em certa medida, as posições prevalentes da diplomacia brasileira durante as gestões petistas. Porém, em um momento em que a chamada onda progressista refluí na América do Sul, as ambiguidades desta aposta pela moderação se evidenciam não somente no plano doméstico, onde um ex-aliado assumiu a presidência no bojo de um processo espúrio, mas também em perspectiva regional, onde a UNASUL se vislumbra mais útil ao governo que almeja uma mudança conservadora, do que para aquele que gostaria de conservar a mudança.

Alguns observaram com amargura que o prosseguimento do processo de *impeachment* no Brasil foi aprovado pelo parlamento em 17 de abril de 2016, data que os movimentos do campo celebram como o dia da luta pela terra, em memória do massacre de Eldorado dos Carajás. Mas poucos lembraram que este também é o dia em que foi batizada a UNASUL, na cúpula

energética da ilha de Margarita na Venezuela em 2007. Em 2014, a data foi consagrada como o dia da “União das Nações Sulamericanas”. Resta observar que tipo de união será possível para o subcontinente e quem se beneficiará dela, daqui por diante.

## REFERÊNCIAS

- Amorim, Celso. 2004. ‘Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula’. *DEP- Diplomacia, Estratégia e Política*. 1(1): 41-48.
- Aponte García, Maribel. 2015. ‘La teorización del nuevo regionalismo estratégico en el ALBA-TCP’. Em:\_\_\_\_.; Amézquita Puntiel, Glora. *El ALBA-TCP. Origen y fruto del nuevo regionalismo latinoamericano y caribeño*. Buenos Aires: CLACSO.
- \_\_\_\_\_; Amézquita Puntiel, Glora. 2015. *El ALBA-TCP. Origen y fruto del nuevo regionalismo latinoamericano y caribeño*. Buenos Aires: CLACSO.
- BBC. 2015. Qué se dice de la crisis de la frontera entre Venezuela y Colombia en Caracas y Bogotá? 25/08/2015. Acesso em 21/9/2015.<[http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150825\\_america\\_latina\\_venezuela\\_colombia\\_ambos\\_lados\\_fronteras\\_amv](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150825_america_latina_venezuela_colombia_ambos_lados_fronteras_amv)>.
- Centro Nacional de Memoria Historica. 2013. *Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidade*. Resúmen. Bogotá: Imprensa Nacional.
- Cepeda, Iván; Uribe, Alirio. 2014. *Por las sendas de El Ubérrimo*. Bogotá: Ediciones B.
- Cerezal, Manuel; Simarro, Ricardo Molero; Soler, Alberto Montero. 2013. ‘El SUCRE: orígenes, funcionamiento y perspectivas de futuro para la integración latinoamericana’. Em: Martins, Carlos Eduardo. *Los retos de la integración y América del Sur*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- Comini, Nicolás. 2015. ‘El origen del consejo de defensa suramericano. Modelos en pugna desde una perspectiva argentina. Revista de Estudios en Seguridad Internacional’. Acesso em 22 de Julho de 2016. <<http://www.seguridadinternacional.es/revista/?q=content/el-origen-del-consejo-de-defensa-suramericano-modelos-en-pugna-desde-una-perspectiva>>.
- Currea-Lugo, Víctor. ‘Colombia y el Estado palestino’. Em: Jost, Stefan (ed.). *Colombia: una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior*. Bogotá: Konrad Adenauer, 2a ed.
- Desidera Neto, Walter; Teixeira, Rodrigo. 2012. “La recuperación del Desarrollo

- lismo en el Regionalismo Latinoamericano”. In:\_\_\_\_\_. *Perspectivas para la integración de América Latina*. Brasília: CAF; IPEA.
- Dietrich, Heinz. 2005. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América.
- El Universal. 2015. ‘César Gaviria plantea que Colombia salga de Unasur por postura de Samper’ 26/8/2015. Acesso em 20 de Setembro de 2015 .<<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/150826/cesar-gaviria-plantea-que-colombia-salga-de-unasur-por-postura-de-samp>>.
- Espinosa, Eugenio. 2013. ‘Teoría y practica de la integración regional: una visión desde el sur: el Alba’. Em: Martins, Carlos Eduardo. *Los retos de la integración y América del Sur*. Buenos Aires: CLACSO.
- Giraldo, Javier. 1996. *Colombia: the genocidal democracy*. Monroe: Common Courage Press.
- Hausman, Ricardo. 2016. ‘De que se trata el proyecto sobre Venezuela que está haciendo Harvard?’ Disponível em: <http://prodavinci.com/2016/06/27/actualidad/de-que-se-trata-el-proyecto-sobre-venezuela-que-esta-haciendo-la-universidad-de-harvard-por-ricardo-hausmann/>. Acesso em 22/7/2016.
- Lula da Silva, Luis Inácio. 2014. ‘Oposição e governo iniciam diálogo na Venezuela com a mediação da Unasul’. Acesso em 22 de Julho de 2016. <<http://oglobo.globo.com/mundo/oposicao-governo-iniciam-dialogos-na-venezuela-com-mediacao-da-unasul-1-12127392>>.
- Luzzani, Telma. 2012. *Territorios vigilados. Como opera la red de bases militares norteamericanas en Sudamérica*. Buenos Aires: Debate.
- Maringoni, Gilberto. 2004. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Monedero, Juan Carlos. 2013. ‘Venezuela y la reinvencción de la política: el desafio del socialismo en nuevos escenarios’. Em: *Observatorio Social de América Latina*, N. 33. Buenos Aires: CLACSO, 15-37.
- OIDHACO- Oficina Internacional de Derechos Humanos Acción Colombia . *Plan Colombia : Una estrategia sin solución*. Madrid, 2000. Acesso em 7 de Setembro de 2013 <<http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/oidhaco2.html>>
- Pastrana, Eduardo; Vera, Diego. 2013. ‘De Uribe a Santos: continuidad o nueva orientación de la política exterior colombiana?’. Em: Jost, Stefan (ed.). *Colombia: una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior*. Bogotá: Konrad Adenauer, 2a ed..
- Pismel, Matheus Lobo; Chagas, Rodrigo Simões. 2014. *Colômbia: movimentos*

- pela paz*. Florianópolis: Insular.
- Ramírez, Kenneth. 2014. 'El consejo de Lula' Acesso em 22 de Julho de 2016 <http://covri.com.ve/index.php/2014/04/15/el-consejo-de-lula-por-kenneth-ramirez/>.
- Samper, Ernensto. 2015. Conferência na VII Congresso do CLACSO, Medellín, 17/11/2015.
- Sanahuja, José Antonio. 2012. 'Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales.
- Santos, Fabio Luis Barbosa dos. 2015 'Colômbia e Venezuela: tensão nas fronteiras e o papel da UNASUL'. *Conjuntura Austral*, 6: 36-47.
- Webber, Jeffery; Carr, Barry. 2013. *The new Latin American left. Cracks in the Empire*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

## ENTREVISTAS

- Acosta, Alberto. 2015. Ex-presidente da Assembleia Constituinte no Equador e ex-ministro do governo Correa. Quito, setembro.
- Barros, Pedro Silva. 2015. Diretor de Assuntos Econômicos da UNASUL. Quito, setembro.
- Betancourt Vélez, Ricardo. 2015. Professor da Pontifícia Universidade Javeriana. Bogotá, novembro.
- Cerezal, Manuel. 2015. Assessor do Banco Central da Venezuela, pesquisador da Universidade Bolivariana da Venezuela. Caracas, novembro.
- Constant Rosales, Hector. 2015. Diplomata e professor da Universidade Central da Venezuela. Caracas, novembro.
- Dorfler, Mauricio. 2015. Diretor de Assuntos Políticos e Defesa da UNASUL. Quito, setembro.
- Estrada Álvarez, Jairo. 2014. Professor da Universidade Nacional da Colômbia. Bogotá, julho.
- Figueroa, Amilcar. 2015. Dirigente do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Caracas, novembro.
- Fundación Lazos de Dignidad. 2014. Bogotá, julho.

Jara, Luz Estela. 2015. Diplomata, delegada da Colômbia na UNASUL. Quito, setembro.

Jaramillo, Mauricio. 2015. Assessor da Secretaria Geral da UNASUL. Quito, setembro.

Lander, Edgardo. 2015. Sociólogo. Medellín, novembro.

Londoño, Julio. 2015. Diplomata e militar, ex-ministro das Relações Exteriores da Colômbia (1986-1990), embaixador em Cuba (1998-2010). Bogotá, novembro.

Nascone, Mariano. 2015. Diretor de Assuntos Sociais da UNASUL. Quito, setembro.

Paes, Pedro. 2015. Economista, um dos idealizadores de uma 'nova arquitetura financeira'. Quito, setembro.

Parkinson de Castro, João Carlos. 2015. Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul. Montevidéu, dezembro.

Pastrana Buelvas, Eduardo. 2015. Professor da Pontifícia Universidade Javeriana. Bogotá, novembro.

Pietro Alarcón. 2014. Advogado, professor da PUC. São Paulo, maio.

Ramírez, Kenneth. 2015. Diretor do Consejo Venezolano de Relaciones Internacionales. Caracas, novembro.

Ramos, Felipe. 2015. Missão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na Venezuela. Caracas, novembro.

Rodríguez, Ronal. 2015. Diretor do Observatório da Venezuela, Universidade do Rosário. Bogotá, novembro.

Toledo, Alexis. 2014. Vice-Ministro do Poder Popular para as Comunas e os Movimentos Sociais. Caracas, agosto.

Urbina, Elvis. 2015. Coordenador nacional da Venezuela no COSIPLAN. Montevidéu, dezembro.

Villegas, Pablo. 2015. Pesquisador do CEDIB. La Paz, julho.

## **RESUMO**

Este texto analisa a relação de Venezuela e Colômbia com a UNASUL desde a sua criação em 2008, com o objetivo de explorar o alcance e os limites intrínsecos à uma instituição regional que incorporou países com governos de orientação díspare em seu momento original.

## **PALAVRAS-CHAVE**

UNASUL; Venezuela; Colômbia.

*Recebido em 23 de Agosto de 2016.  
Aceito em 11 de Dezembro de 2016.*